



Por uma agenda complexa

José-Vicente Tavares-dos-Santos*

Vinte e seis professores apresentaram em debates, no ILEA, suas análises acerca de uma Agenda para o Brasil com referência às Eleições Presidenciais de 2018. Partiram de um diagnóstico da crise política: fragmentação partidária, ausência de cultura política, parcialidade judicial e deslocamento do eixo gravitacional do eleitorado em termos de regiões, nível de renda, escolaridade e sexo.

Em seguida, houve um detalhado diagnóstico da crise institucional: a redução do financiamento para as universidades e para a ciência e tecnologia, com ameaças de redução do desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro. Surgiu, como imperativo, a revogação da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos, e a implantação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. A educação de segundo grau, com seus elevados níveis de evasão, e os descaminhos da profissionalização ameaçam gravemente o futuro do país.

Quanto à situação social e econômica, houve minuciosa análise da tragédia urbana, com periferias sem serviços públicos e com uma profunda carência habitacional e, paradoxalmente, áreas centrais degradadas com milhares de prédios abandonados. Acentua-se, ainda, o descalabro da mobilidade urbana e do transporte público. As conquistas do Estatuto das Cidades, elaborado em 2000, têm sido ameaçadas, principalmente no que diz respeito ao direito à habitação. Também a redução do crescimento econômico tem levado à desindustrialização e à dependência agroexportadora. Desse debate também emergiu, claramente, a desigualdade social como um grave problema: a concentração de renda, propriedades, poder político, oportuni-

des educacionais e prestígio, resultando em privilégios e exclusão social. No contexto, ficam os municípios sem condições de responder à crise urbana.

A questão da violência foi configurada como uma ameaça à democracia. Os debatedores mencionaram a violência política, a urbana – muito acirrada pela criminalidade organizada –, a perpetrada por alguns policiais, a doméstica e a sexual, que tem vitimizado mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Chegaram a perceber que a violência simbólica, disseminada pelos meios de comunicação, legitima muitas vezes as outras formas da violência.

Em todos os painéis foram se consolidando diversas propostas de políticas públicas. No primeiro, a retomada do crescimento econômico, com afirmação da Quarta Revolução Industrial, da economia digital, do fortalecimento da produção industrial e do setor de serviços, assim como a complementariedade entre a produção familiar, a agricultura ecológica e a produção agroexportadora.

No segundo, definiram uma série de medidas contra a exclusão social e o desemprego, pela redução da pobreza e o aumento real do salário mínimo, acentuando a expansão do empreendedorismo e a geração de emprego e renda de modo a expandir a inclusão social.

No terceiro painel, houve a inclusão de propostas para reconhecer a diferença, afirmando os direitos humanos coletivos: a garantia dos direitos das mulheres, o reconhecimento da juventude, a promoção da diversidade étnica e das ações afirmativas. Nesse plano foi nítida a valorização das lutas e dos movimentos sociais, bem como a crítica à judicialização dos protestos sociais.

No quarto, configurou-se a necessidade

de um plano de redução da violência e dos homicídios, qualificando os profissionais da segurança e incentivando a cooperação entre as universidades públicas e o ensino policial com o intuito de aumentar a inteligência policial e a efetividade no enfrentamento ao crime organizado. Ao mesmo tempo, os painelistas insistiram em medidas para garantir o combate à corrupção e resolver a questão prisional, instaurando a dignidade humana nos cárceres, com estabelecimentos diferenciados para jovens, e a solução das prisões provisórias. Também foi apontada a necessidade de planos de reinserção econômica e social para os egressos. Evocaram, ainda, uma retomada da Lei de Drogas, com critérios para separar o traficante do usuário, o qual deve ser acolhido pela Saúde Pública. Ou seja, defenderam o desenvolvimento de uma agenda complexa de Segurança Cidadã.

No quinto, foi indicada a urgência de se retomar o protagonismo do Brasil nas relações internacionais, afirmando o multilateralismo e as interfaces Sul-Norte e Sul-Sul e propondo um desenvolvimento sustentado.

No sexto painel, os participantes propuseram implementar um processo de produção da diversidade cultural, de democratização dos meios de comunicação e de valorização da multiplicidade de saberes na sociedade brasileira, em um diálogo crítico entre o senso comum, as visões tradicionais e o conhecimento científico.

No sétimo, foi enfatizado o papel central das universidades na produção dos saberes, das ciências e das tecnologias manufatureiras, processuais e sociais e, notadamente, da construção da cidadania. Portanto, há necessidade da retomada do financiamento adequado das universidades públicas e dos

sistemas de ciência, tecnologia e inovação, inclusive para garantir aos jovens seu relevante papel no futuro da sociedade brasileira.

No oitavo painel, foi salientada a grave crise da sociedade brasileira. Vive-se uma crise econômica, com recessão, desemprego e insegurança estrutural. Por outro lado, a pulverização partidária, os efeitos da corrupção e a descrença nos políticos resultaram em uma crise política na qual o próprio sistema tem sua legitimidade contestada. Há, além disso, uma reação conservadora, contra o direito à diferença, que embasa uma concepção autoritária da sociedade.

Em síntese, os debates definiram a reafirmação da democracia e da participação política, com respeito às regras do jogo, ao sistema de representação, assim como o reconhecimento do voto dos cidadãos e das cidadãs, vontade popular expressa na Constituição Federal de 1988.

Ao que tudo indica, nas eleições de 2018 observaram-se dois projetos sociais, políticos e culturais em disputa: o neoliberalismo econômico e conservadorismo social, por um lado, versus o desenvolvimento incluyente com participação e respeito à diferença, por outro. O dilema reside na dificuldade de complementar a retomada do crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

O povo decidirá com seu voto. Porém, não há dúvida de que uma retomada da esperança em uma democracia para todos e todas, avançando o processo civilizatório, está a renascer nas praças e ruas do Brasil.

*Diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados ILEA-UFRGS

